

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva'.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	3.631	2.501	Fornecedores	9	3.711	789
Contas a receber	6	2.455	2.328	Financiamentos	10	4.874	4.827
Adiantamento a fornecedores		17	117	Tributos a recolher		153	118
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	21	Imposto de renda e contribuição social a recolher		234	339
Despesas pagas antecipadamente		437	609	Dividendos a pagar	19	-	104
Estoques		20	24	Arrendamentos	7	26	2
Partes relacionadas	19	-	81	Outras contas a pagar		6	260
Total do ativo circulante		6.560	5.681	Total do passivo circulante		9.004	6.439
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	5.b	3.596	3.231	Financiamentos	10	60.011	64.752
Total do realizável a longo prazo		3.596	3.231	Provisão para desmobilização	11	12.401	11.982
Direito de uso	7	11.821	12.118	Arrendamentos	7	1.448	1.450
Imobilizado	8	96.914	101.305	Total do passivo não circulante		73.860	78.184
Total do ativo não circulante		112.331	116.654	Total do passivo		82.864	84.623
Total do ativo		118.891	122.335	Patrimônio líquido			
				Capital social	12	37.337	37.337
				Lucros (prejuízos) acumulados	12	(1.310)	375
				Total do patrimônio líquido		36.027	37.712
				Total do passivo e patrimônio líquido		118.891	122.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	13	21.780	23.077
Custos de operação	14	(16.724)	(15.490)
Lucro bruto		5.056	7.587
Despesas gerais e administrativas	15	(835)	(779)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(11)	258
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		4.210	7.066
Receitas financeiras	16	819	664
Despesas financeiras	16	(5.764)	(6.353)
		(4.945)	(5.689)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(735)	1.377
Imposto de renda e contribuição social	17	(950)	(940)
Lucro (prejuízo) do exercício		(1.685)	437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(1.685)</u>	<u>437</u>
Outros resultado abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.685)</u></u>	<u><u>437</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.137	41	584	-	37.762
Aporte de capital	200	-	-	-	200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	437	437
Constituição de reserva legal	-	21	-	(21)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(104)	(104)
Dividendos adicionais	-	-	(583)	-	(583)
Reserva de retenção de lucros	-	-	312	(312)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.337	62	313	-	37.712
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.685)	(1.685)
Absorção de prejuízos	-	(62)	(313)	375	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	37.337	-	-	(1.310)	36.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes dos tributos		(735)	1.377
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Depreciação	8	4.552	4.610
Amortização de direitos de uso	7	297	296
Juros sobre financiamentos	10	4.786	5.258
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	10	13	13
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados	16	(819)	(664)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	11	419	405
Juros sobre passivo de arrendamento	7	151	148
Lucro ajustado		8.664	11.443
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	(127)	(367)
Estoques		4	47
Adiantamento a fornecedores		100	5
Despesas pagas antecipadamente		172	634
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	2.922	(803)
Obrigações sociais		-	(102)
Tributos a recolher		35	10
Outras contas a pagar		(254)	(1.047)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		11.516	9.820
Pagamento de juros de financiamentos	10	(4.885)	(5.237)
Pagamento de IR e CS		(1.034)	(848)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		5.597	3.735
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras e fundos vinculados		454	3.616
Aquisição ao ativo imobilizado	8	(161)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		293	3.616
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal e juros de arrendamentos	7	(129)	(150)
Pagamento de principal de financiamentos	10	(4.608)	(4.942)
Partes relacionadas		81	(2.181)
Pagamento de dividendos		(104)	(778)
Integralização de capital		-	200
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(4.760)	(7.851)
Redução no caixa e equivalentes		1.130	(500)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	2.501	3.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.631	2.501
Variação no caixa e equivalentes		1.130	(500)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de janeiro de 2018, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, 14.171, - 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Rio Grande do Norte I, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. A Companhia é Produtora Independente de Energia Elétrica, tendo autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. Estas atividades são reguladas pela Aneel.

A controladora direta da Companhia é a Echoenergia Participações S.A. a qual detém 100% de participação do capital social da Companhia.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 6 (seis) unidades geradoras de 4,2MW médios, totalizando 25,2 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médio)	Garantia Física (MW médios)
Vila Rio Grande do Norte I	Res. 7518/2018	26/12/2018	35 anos	25,2	13,30

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2035:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Vila Rio Grande do Norte I	ACL (a)	Variável (b)	Variável (b)	IPCA	Janeiro

(a) Ambiente de contratação livre.

(b) O fornecimento e o preço da energia vendida são variáveis, sujeito a produção e condições de mercado.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4 Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

b. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na nota explicativa 20.

A Companhia reconheceu prejuízo líquido de R\$ 1.685 (lucro de R\$ 437 em 31 de dezembro de 2024) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 2.444 (R\$ 758 negativo em 31 de dezembro de 2024), porém apresentando geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 3.988 (R\$ 3.735 em 31 de dezembro de 2024).

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, principalmente, pelo fato de a Companhia apresentar em seu passivo de financiamentos valores reconhecidos para todo o prazo dos contratos, e, em contrapartida apresenta-se somente um único mês de recebível decorrente de venda de energia no ativo circulante. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, adicionado aos montantes colocados em garantia dos financiamentos que podem ser utilizados em situações específicas para pagamento de outras obrigações de curto prazo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações.

A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia continuar operando e liquidar seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requeridos pela norma.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa 7) - principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento.
- Imobilizado (nota explicativa 8) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 11) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 18) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente ou com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	OCPC 10	18/10/2024	01/01/2025	Trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração, e evidenciação de créditos de carbono, a serem observados pelas entidades. A Companhia e duas controladas irá aderir à orientação a partir de 01 de janeiro de 2025.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05/07/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	N/A	18/10/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPCnº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPCnº 09 (R3). As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02/08/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2026, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para à Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
CPC 51 (IFRS 18): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia não realizará adoção antecipada da referida norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB emitiu emendas aos pronunciamentos IFRS 9 e IFRS 7 ampliando as exigências de divulgação para instrumentos

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros vinculados a contratos de fornecimento de energia oriundos de fontes naturais variáveis (como vento e irradiância solar). As alterações reforçam a necessidade de evidenciar riscos associados à intermitência da geração, variações contratuais e impactos financeiros decorrentes de mecanismos de liquidação no mercado regulado e livre. A Companhia não antecipará a adoção das alterações.

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras.

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	107	371
Aplicações financeiras (a)	<u>3.524</u>	<u>2.130</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.631</u>	<u>2.501</u>

(a) As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Tendo como remuneração 97,74% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2024 (90,47% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar a nota explicativa 10.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fundos vinculados são classificados no ativo baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva de dívida BNB (a)	3.499	3.144
Centralizadora (b)	97	87
Total	<u>3.596</u>	<u>3.231</u>

(a) Reserva da dívida BNB: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNB em caso de insuficiência de caixa.

(b) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Transações realizadas no ACL (a)	2.373	1.922
Transações realizadas no MCP (b)	82	17
Outros (c)	-	389
Total	<u>2.455</u>	<u>2.328</u>

(a) Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre): Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE.

(b) Transações realizadas no MCP: saldo a receber (a pagar) decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(c) Outras contas a receber: Valores decorrentes de contratos firmados com o fornecedor de manutenção dos aerogeradores, o qual, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir a Companhia.

a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não constituiu saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

7 Direito de uso e arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período determinado, em troca de contraprestação.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos das terras onde os parques eólicos estão instalados, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e tem procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado.

- i. curto prazo (com duração inferior a 12 meses);
- ii. ativos de baixo valor;
- iii. parcelas variáveis de pagamentos;
- iv. contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente;
- v. contratos em que a Companhia não tem direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e
- vi. contratos em que a Companhia não tem controle significativo sobre como o ativo é usado.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos do direito de uso e passivo de arrendamento estão apresentados abaixo:

a. Ativo de direito de uso

	Valor líquido em 2024	Amortizações	Valor líquido em 2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques eólicos	12.118	(297)	11.821
Total do ativo	12.118	(297)	11.821

	Valor líquido em 2023	Amortizações	Valor líquido em 2024
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques eólicos	12.414	(296)	12.118
Total do ativo	12.414	(296)	12.118

(a) Valores de adição e baixa referentes à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 11.

b. Passivo de arrendamento

	2025	2024
Passivo de arrendamento	1.474	1.452
Total	1.474	1.452
Circulante	26	2
Não circulante	1.448	1.450

	Valor líquido em 2024	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 2025
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	1.452	(129)	151	1.474
Total	1.452	(129)	151	1.474
Circulante	2			26
Não circulante	1.450			1.448

	Valor líquido em 2023	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 2024
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	1.454	(150)	148	1.452
Total	1.454	(150)	148	1.452
Circulante	2			2
Não circulante	1.452			1.450

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No exercício de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	2025			2024
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	278	-	278	117
Máquinas e equipamentos	26 anos	123.105	(27.120)	95.985	100.499
Benfeitorias	50 anos	763	(119)	644	665
Móveis e utensílios	10 anos	8	(1)	7	7
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	17	(17)	-	17
Total		124.171	(27.257)	96.914	101.305

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 10.

b. Movimentações do ativo imobilizado

	2025					Saldo em 2025
	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas (a)	Depreciação	
Imobilizado em andamento	117	161	-	-	-	278
Máquinas e equipamentos	100.499	-	-	-	(4.514)	95.985
Benfeitorias	665	-	-	-	(21)	644
Móveis e utensílios	7	-	-	-	-	7
Equipamentos e processamento de dados	17	-	-	-	(17)	-
Total	101.305	161	-	-	(4.552)	96.914

	Saldo em 2023	Depreciação	Saldo em 2024
Imobilizado em andamento	117	-	117
Máquinas e equipamentos	105.089	(4.590)	100.499
Benfeitorias	685	(20)	665
Móveis e utensílios	7	-	7
Equipamentos e processamento de dados	17	-	17
Total	105.915	(4.610)	101.305

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais e serviços	2.434	417
Provisão	1.106	235
Fornecedores partes relacionadas	<u>171</u>	<u>137</u>
Total	<u>3.711</u>	<u>789</u>

10 Financiamentos

Financiamentos representam obrigações financeiras contratadas pela Companhia, predominantemente junto a instituições financeiras, para suporte às operações e ao plano de investimentos.

Esses passivos são reconhecidos inicialmente pelo preço da transação, correspondente ao valor recebido, deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação (tais como comissões, honorários e demais custos incrementais de emissão). Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros (TEJ), de forma que os encargos financeiros (incluindo custos de transação, juros e demais prêmios/deságios) sejam apropriados ao resultado ao longo do prazo dos contratos. Ganhos e perdas decorrentes da liquidação, renegociação ou baixa desses passivos são reconhecidos no resultado no momento em que ocorrem.

Os custos de empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável, conforme definido na política contábil da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo, a partir do início das atividades necessárias para preparar o ativo para o uso pretendido. A capitalização é interrompida quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para deixar o ativo pronto para uso ou venda estão concluídas, bem como durante períodos em que o desenvolvimento do ativo seja suspenso. A Companhia não possui empréstimos específicos destinados exclusivamente ao financiamento de ativos qualificáveis; quando aplicável, a capitalização é realizada com base em taxa média ponderada dos empréstimos vigentes. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no período em que são incorridos.

a. Composição do saldo de financiamentos

<u>Financiamentos</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Financiamentos BNB	2,57% a.a. + IPCA	Dez/2038	<u>64.885</u>	<u>69.579</u>
Total			<u>64.885</u>	<u>69.579</u>
Circulante			4.874	4.827
Não circulante			60.011	64.752

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação dos financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	69.579	74.487
Juros incorporados a dívida	4.786	5.258
Custo de captação incorrido	13	13
Juros pagos	(4.885)	(5.237)
Amortização do principal	(4.608)	(4.942)
Saldo em 31 de dezembro	64.885	69.579

c. Obrigações contratuais - Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, contas reserva do serviço da dívida.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	<u>2025</u>
2026	4.874
2027	4.443
2028	4.077
2029 a 2039	51.491
Total	64.885

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são reconhecidas pela Companhia considerando que ao final do prazo contratual de arrendamento têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 9,12% a.a.. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas referentes ao valor futuro necessário para o cumprimento dessas obrigações. Após a atualização das premissas de mercado, com base em estimativas de custos elaboradas por consultorias especializadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de novos valores.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 12.401 (R\$ 11.982 em 31 de dezembro de 2024).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	11.982	11.577
Remensuração	-	-
Ajuste a valor presente	419	405
Saldo final	<u><u>12.401</u></u>	<u><u>11.982</u></u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 37.337 e está representado por 28.473.912 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, foi absorvido o montante de R\$ 62 da reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuições adicionais de lucros, desde que, aprovada pelos credores, previstos no orçamento de capital previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2025, houve absorção de R\$ 313.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3%.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	22.604	23.952
	<u>22.604</u>	<u>23.952</u>
Volume em MWh	101.073	71.145
PIS	(146)	(156)
COFINS	(678)	(719)
Deduções da receita	<u>(824)</u>	<u>(875)</u>
Receita operacional líquida	<u>21.780</u>	<u>23.077</u>

(a) A receita bruta representa a venda de geração de energia própria.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ACL (a)	22.501	23.883
MCP (b)	103	69
Total	<u>22.604</u>	<u>23.952</u>

(a) Ambiente de Contratação Livre.

(b) Mercado de Curto Prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

14 Custos de operação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação	(4.552)	(4.610)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.564)	(1.649)
Encargos de conexão e transmissão	(1.643)	(1.581)
Compra de energia (b)	(6.642)	(6.317)
Gastos com pessoal	(258)	(356)
Locações e aluguéis	(211)	(305)
Seguros	(371)	(367)
Serviços de terceiros	110	(115)
Outros (a)	(593)	(190)
Total	<u>(16.724)</u>	<u>(15.490)</u>

(a) Referem-se a despesas com internet, despesas legais, judiciais e publicações, água, luz e telefone, entre outros custos, líquido de reversões, bem como créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, por ressarcimento de disponibilidade.

(b) O aumento da compra de energia no ano de 2025, quando comparado a 2024, está diretamente relacionado a baixa geração de energia no exercício, conforme apresentado na nota explicativa 13, isso porque, a região onde o parque está localizado, foi a mais impactada pelos efeitos de *constrained-off* ano longo do ano.

15 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Gastos com pessoal	(566)	(465)
Serviços de terceiros	(177)	(170)
Legais, judiciais e publicações	(2)	(57)
Outras despesas	(90)	(87)
Total	<u>(835)</u>	<u>(779)</u>

16 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	819	664
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	<u>819</u>	<u>664</u>
Juros sobre financiamentos	(4.786)	(5.258)
Despesa captação de financiamentos	(13)	(13)
Fianças e comissões bancárias	(203)	(387)
Juros sobre arrendamento	(151)	(148)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(419)	(405)
Outras despesas financeiras	(192)	(142)
Despesas financeiras	<u>(5.764)</u>	<u>(6.353)</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

A Companhia executa atividades de geração de energia e opta pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 940 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2023). O quadro abaixo demonstra a apuração e a reconciliação da alíquota efetiva, com base no lucro presumido:

	<u>2025</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	22.604	22.604
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.808	2.712
Demais receitas	818	818
Base de cálculo	<u>2.626</u>	<u>3.530</u>
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	394	-
Alíquota nominal (CSLL 9%)	-	317
Base adicional IRPJ	2.387	-
Adicional (10%)	239	-
Corrente	<u>633</u>	<u>317</u>

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	23.952	23.952
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.916	2.874
Demais receitas	664	664
Base de cálculo	2.580	3.538
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	15%	9%
Alíquota nominal (CSLL 9%)	387	319
Base adicional IRPJ	2.342	-
Adicional (10%)	234	-
Corrente	621	319

18 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

19 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

a. Valores a receber

	2025	2024
Contas a receber partes relacionadas		
Echoenergía crescimento S.A. (a)	-	81
Total	-	81

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Valores a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dividendos a pagar		
Echoenergia Participações S.A	-	104
Fornecedores com partes relacionadas		
Echoenergia Participações S.A (a)	<u>171</u>	<u>137</u>
Total	<u>171</u>	<u>241</u>

c. Resultado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Compartilhamento de custos (a)	(304)	(394)
Compartilhamento de despesas (a)	<u>(809)</u>	<u>(856)</u>
Total	<u>(1.113)</u>	<u>(1.250)</u>

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar, com a Controladora Echoenergia Participações S.A. e a receber com a Echoenergia Crescimento S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2025. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

d. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

20 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2025		2024	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	107	-	371	-
Aplicações financeiras	5.a	-	3.524	-	2.130
Fundos vinculados	5.b	-	3.596	-	3.231
Contas a receber	6	2.455	-	2.328	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	3.711	-	789	-
Financiamentos	10	64.884	-	69.579	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	3631	3631	2501	2501
Contas a receber	6	Nível 2	2.455	2.455	3.231	3.231
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	3.596	3.596	2.328	2.328
			9.682	9.682	8.060	8.060
Fornecedores	9	Nível 2	3.540	3.540	789	789
Financiamentos	10	Nível 2	64.885	64.885	69.579	69.579
Total			68.425	68.425	70.368	70.368

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

21 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovadas pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

Descrição	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	3.631	2.501
Fundos vinculados	5.b	3.596	3.231
Contas a receber	6	2.455	2.328
		9.682	8.060

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2025	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.711	(3.711)	(3.711)	-	-	-
Arrendamentos	64.885	(64.885)	(4.874)	(4.443)	(8.471)	(47.097)
Financiamentos	1.474	(1.474)	(26)	(3)	(11)	(1.434)
Total	70.070	(70.070)	(8.611)	(4.446)	(8.482)	(48.531)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Sensibilidade					
	2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
TJLP (a)	8,70%	8,70%	10,88%	13,05%	6,53%	4,35%
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (b)	14,90%	14,90%	18,63%	22,35%	11,18%	7,45%

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Financiamentos	TJLP (a)	64.885	<u>70.530</u>	<u>71.941</u>	<u>73.352</u>	<u>69.119</u>	<u>67.707</u>
Impacto no resultado			<u>(5.645)</u>	<u>(1.411)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>1.411</u>	<u>2.822</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI (b)	7.227	<u>8.304</u>	<u>8.573</u>	<u>8.842</u>	<u>8.035</u>	<u>7.765</u>
Impacto no resultado			<u>1.077</u>	<u>269</u>	<u>538</u>	<u>(269)</u>	<u>(538)</u>

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

22 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029 a 2037
CUST / CCT (a)	<u>1.655</u>	<u>1.721</u>	<u>1.787</u>	<u>3.574</u>
Total	<u>1.655</u>	<u>1.721</u>	<u>1.787</u>	<u>3.574</u>

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2026.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor Presidente

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Financeiro

Bruno Ortega Janjacomio
Gerente Contábil
CRC 1SP-331491/O-4